

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 – O PARCELAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	11
1.1 CARACTERÍSTICAS	11
1.2 NATUREZA JURÍDICA – HIPÓTESES	13
1.2.1 Moratória.....	14
1.2.2 Transação e novação	20
1.2.3 Pagamento	22
1.3 PARCELAMENTO	24
1.3.1 Modalidades de parcelamento	27
1.3.2 Parcelamento, anistia e remissão.....	29
1.3.3 Parcelamento e denúncia espontânea	31
1.4 PARCELAMENTOS EXISTENTES NO DIREITO BRASILEIRO ...	34
1.4.1 Parcelamento ordinário de tributos federais	36
1.4.2 Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.....	38
1.4.3 Parcelamento Especial – PAES.....	40
1.4.4 Parcelamento Extraordinário – PAEX.....	42
1.4.5 Parcelamentos de ICMS	43
2 – HIPÓTESES DE PERDA DE VIGÊNCIA OU INVALIDADE DA NORMA QUE INSTITUIU O PARCELAMENTO.....	47
2.1 DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	48
2.2 PERDA DE EFICÁCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA	52
2.3 O PARCELAMENTO CONCEDIDO POR VEÍCULO NORMATI- VO INADEQUADO	54

3 – POSSÍVEIS CONSEQÜÊNCIAS DA PERDA DE VIGÊNCIA OU DECLARAÇÃO DE INVALIDADE DA NORMA QUE CONCEDE O PARCELAMENTO	59
3.1 POSSÍVEIS CONSEQÜÊNCIAS DA DECLARAÇÃO DE INVALIDADE DA NORMA INSTITUIDORA	60
3.1.1 Pagamento parcial e exigibilidade do restante	61
3.1.2 Manutenção do parcelamento, de acordo com as condições nele vigentes	63
3.1.3 Restituição do valor do parcelamento e retorno ao crédito originário.....	74
3.1.4 Invalidade posterior ao pagamento da última parcela	75
3.2 POSSÍVEIS CONSEQÜÊNCIAS DA PERDA DE EFICÁCIA (VIGÊNCIA) DA MEDIDA PROVISÓRIA QUE INSTITUI PARCELAMENTO	76
3.2.1 Conversão em lei.....	76
3.2.2 Rejeição da Medida Provisória ou decurso do prazo sem deliberação.....	77
CONCLUSÕES.....	81
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXOS	87
ÍNDICE ALFABÉTICO	115